

II SEMINÁRIO DA PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE

Gestão em Saúde em Tempos de COVID-19: cenários e perspectivas
9 e 10 de dezembro de 2021

ENSINO-EXTENSÃO E EDUCAÇÃO PERMANENTE NA FORMAÇÃO DE GESTORES: DESENVOLVIMENTO DE REFERÊNCIAS TÉCNICAS MUNICIPAIS

Kátia Ferreira Costa Campos - Docente de Gestão de Serviços de Saúde; Ana Paula de Lima Bezerra - Graduanda em Gestão de Serviços de Saúde, UFMG; Fernanda Gonçalves de Souza - Graduanda em Gestão de Serviços de Saúde, UFMG; Vanessa de Almeida - Docente de Gestão de Serviços de Saúde, UFMG

RESUMO

A importância da Educação Permanente em Saúde (EPS) para a melhoria do cotidiano do trabalho é evidente. No entanto, apesar da necessidade desse processo, percebe-se que a EPS ainda é pouco articulada nas ações, sendo ainda um desafio na área da saúde. Nessa perspectiva, foi desenvolvida a disciplina Tópicos em Saúde III - Gestão da Educação Permanente em Saúde, como optativa do curso de Gestão de Serviços de Saúde da Universidade Federal de Minas Gerais, contando com a participação de discentes e de profissionais dos serviços que aprimoraram conhecimentos tornando-se detentores e referências de EPS em nível municipal. O objetivo do presente trabalho é relatar a experiência proporcionada durante a disciplina. Trata-se de um estudo descritivo do tipo relato de experiência. Como resultado, constatou-se a satisfação, bem como avaliações positivas por parte dos discentes e profissionais participantes. Eles puderam compreender e consolidar conhecimentos sobre EPS no dia a dia da gestão e das práticas assistenciais. Espera-se que este trabalho estimule reflexões sobre a importância de se associar teoria e prática no âmbito da EPS, possibilitando o aprendizado baseado na realidade da gestão e a melhoria do trabalho em saúde.

PALAVRAS-CHAVE OU DESCRITORES: Educação Permanente; Gestão em Saúde; Saúde.

INTRODUÇÃO

A Educação Permanente em Saúde (EPS) é compreendida como a concepção de trabalho com ênfase na aprendizagem cotidiana, envolvendo os coletivos. No âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), ela fornece como marco conceitual a concepção de trabalho com ênfase no processo de aprendizagem cotidiana e compreendendo os coletivos. Os atores do cotidiano são os principais tomadores de decisão, visto que são os detentores de conhecimentos práticos do dia a dia, além de conseguirem acolher, respeitar, ouvir, cuidar e responder com elevada qualidade (BRASIL, 2014).

Como pontuado por Carotta, Kawamura e Salazar (2009), a EPS é uma ferramenta que possibilita a mudança nas relações, nos processos, na saúde e nos indivíduos, por ser um processo educativo que envolve o trabalho. Davini (2009, p. X) ressalta a importância da EPS, destacando que “a educação no trabalho, pelo trabalho e para o trabalho nos diferentes serviços, cuja finalidade é melhorar a saúde da população”.

Percebe-se a importância da EPS para a preparação e planejamento das estratégias de organização e do exercício da atenção em saúde, da gestão da participação e da formação, constituída por meio das práticas em equipe, trabalhadores e parceiros. Deve-se considerar as

necessidades de qualificação para a promoção de pensamento e ação colaborando para a resolubilidade dos problemas do cotidiano, além de construir o desenvolvimento individual e institucional (BRASIL, 2014).

Tendo em vista a realidade dos serviços de saúde, no SUS, que traz consigo vários desafios, entende-se que tais podem ser tratados com a EPS, procurando trazer a reflexão da prática para a busca de soluções para os problemas envolvidos.

Entretanto, apesar da importância da consolidação da EPS nas ações dos serviços de saúde, Ceccim (2005), pontua que há desafios constantes para a real integração. Ainda que haja regulamentações e estímulos, a integração da EPS não é uma realidade.

Enquanto isso, Campos, Sena e Silva (2017) mostram que é evidente a existência de dificuldades para associar o exercício da EPS com a realidade. Por isso, é preciso repensar a construção coletiva, a democratização na construção da corresponsabilidade, a ampliação da qualidade de análise da realidade e a elaboração do aprendizado no cotidiano da saúde.

Observando o cenário da saúde no Brasil e no mundo, percebe-se a relevância da EPS nos territórios para transformações de cenários de modo a alcançar a melhoria da assistência à saúde da população.

Com vistas a estimular a integração e as práticas na EPS, foi desenvolvida e ofertada uma disciplina com o diálogo ensino-serviço pelo curso de graduação em Gestão de Serviços de Saúde da Universidade Federal de Minas Gerais na proposta de articular o aprendizado aos discentes e de promover a capacitação para profissionais atuantes nos serviços tornarem-se referências no apoio às ações de educação permanente. Dada a experiência da atividade, o presente trabalho tem o objetivo de relatar a experiência de ensino em modalidade virtual elaborada como incentivo à EPS.

REFERENCIAL TEÓRICO

A Portaria GM/MS nº 198, de 13 de fevereiro de 2004 define a Educação Permanente como um dispositivo/meio para aperfeiçoar as práticas na Saúde. As bases para execução da EPS relacionam-se com as teorias de ensino-aprendizagem, os primórdios do SUS e a necessidade de combater desafios cotidianos com o aperfeiçoamento das ações (BRASIL, 2004).

Para que a EPS seja uma realidade, percebe-se a importância da gestão efetiva dos serviços de saúde. A gerência articulada nas esferas que compõe a gestão do SUS deve buscar parcerias com instituições, promover planos de atenção e integrar-se em polos, de modo a garantir a efetivação das ações em meio aos profissionais de saúde. Koerich, Ermann e Lanzoni (2020) discutem que a gestão da EPS emerge da necessidade de união entre os atores que compõem esse cenário.

A Portaria nº 198/2004 institui a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNPES) como estratégia do SUS para a formação e o desenvolvimento dos trabalhadores para o setor saúde, considerando a responsabilidade constitucional do Ministério da Saúde em ordenar a formação de recursos humanos para a área de saúde e incrementar o desenvolvimento científico e tecnológico (BRASIL, 2004).

Enquanto que a Portaria nº 1.996 de 20 de agosto de 2007 dispõe sobre as diretrizes para a implementação da PNEPS, a Portaria nº 3.194/2017 abrange o Programa para o Fortalecimento das Práticas de Educação Permanente em Saúde no SUS, o PRO EPS-SUS. Os marcos representados pelos documentos que formalizam a EPS, mostram o direcionamento do Ministério da Saúde na busca da definição de ações e caminhos para a articulação de ações e participação da gestão, fomentando a EPS (BRASIL, 2004; BRASIL, 2007; BRASIL, 2017).

Outrossim, um marco que antecede a PNEPS, e que merece destaque, é a criação Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES) do Ministério da Saúde, no ano de 2003, representando uma ponte importante para a formalização da PNEPS e

colaborando para a implementação da política no SUS. A SGTES, por meio de seu Departamento de Gestão da Educação na Saúde (DEGES), incentiva a implementação dos processos de integração ensino-serviço-comunidade (BRASIL, 2018).

Em 2019, a Portaria nº 3.194/2017 sofreu alterações sobre os recursos, por meio da Portaria nº 2.580, de 1 de outubro de 2019, no âmbito do PRO EPS-SUS. Com isso, os recursos para o programa serão transferidos pelo Fundo Nacional de Saúde ao Fundo de Saúde do Estado e Distrito Federal habilitado ou por meio dos municípios, por meio de parcela única, na modalidade fundo a fundo, através do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde (BRASIL, 2017; BRASIL, 2019).

O Ministério da Saúde por meio da Portaria nº 1.858, de 28 de julho de 2020, instituiu o projeto piloto do Sistema de Mapeamento em Educação na Saúde (SIMAPES) com o objetivo de ser ferramenta para viabilizar a coleta, análise e disponibilização de informações pertinentes à educação em saúde no Brasil (BRASIL, 2020).

Todo o processo de institucionalização da EPS constitui marco que confirma a sua relevância para os serviços.

METODOLOGIA

Trata-se de um relato de experiência de caráter descritivo, produzido a partir das vivências de discentes e profissionais de saúde em uma disciplina optativa do curso de graduação em Gestão de Serviços de Saúde da Universidade Federal de Minas Gerais, denominada “Tópicos em Saúde III - Gestão da Educação Permanente em Saúde (GES 034), ofertada pelo Departamento de Gestão em Saúde (GES), no semestre 2020/2, em parceria com a Superintendência Regional de Saúde de Belo Horizonte (SRS/BH).

A disciplina utilizou de metodologias ativas e de problematização, estimulando alunos e profissionais a compreenderem a realidade da EPS e a proporem práticas e soluções para articular a educação permanente nos serviços.

A metodologia de Problematização, proposta por Charles Maguerez, e divulgada por Bordenave e Pereira (2004), caracteriza-se pela aplicação do Esquema do Arco. Segundo Berbel (1996), o Esquema permite desenvolver uma alternativa transformadora e dialógica que parte de uma parcela da realidade e retorna para ela, visando transformá-la em algum grau. Naka et al. (2018) destacam a importância dessa metodologia para uma ação na realidade, pois a partir da compreensão e, com base nos saberes adquiridos por meio dos processos de investigação e reflexão, com fundamentação teórica, alcança-se como resultado a consciência social.

Participaram da disciplina oito municípios, representados por profissionais dos serviços de saúde, além de 18 discentes do curso de graduação em Gestão de Serviços de Saúde.

Por meio da disciplina houve a realização de rodas de conversas e alinhamentos teóricos, visando incentivar a prática da EPS e conscientizar sobre seus benefícios para os serviços de saúde.

Houve um contexto de imersão e construção de referências de EPS, possibilitando a compreensão dos acontecimentos e suas consequências, mediante o contato permanente e direto entre docentes, discentes e profissionais dos municípios. Ao final da disciplina, houve um diálogo sobre a percepção e a avaliação dos profissionais e discentes participantes.

Como produto da atividade e como proposta de continuidade da ação foi desenvolvido um projeto de extensão com vias a possibilitar o contato contínuo e a parceria ensino-serviço para uma melhor integração da EPS.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A disciplina optativa “Gestão da Educação Permanente em Saúde” do curso Gestão de Serviços de Saúde foi disponibilizada pela UFMG aos alunos no formato remoto, pela ferramenta Microsoft *Teams* e, então, oferecida às referências técnicas de Educação Permanente

Municipais e na falta dessas, a profissional designado pelo gestor municipal, constituindo uma oportunidade de desenvolvimento de referência técnica para a temática.

A disciplina foi ofertada com carga horária total de 60 horas, sendo 45 horas teóricas e 15 horas práticas, acontecendo uma vez por semana, com o uso de metodologias ativas e ferramentas digitais. A metodologia de ensino foi ancorada pela teoria da educação de John Dewey (1979), pautada no diálogo e na inclusão do outro, teoria essa que valoriza a interação teoria e prática. Dewey vem da escola pragmatista, que propõe nova relação do educando com o objeto do conhecimento, que passa de mero expectador para agente criador. O mesmo autor valoriza a linguagem com característica interacional, pautada na situação, constituindo o mundo no qual o sujeito está inserido e defende a experimentação. Considera-se também sua contribuição para a andragogia, que valoriza a capacidade de pensamento e estimula o educando adulto a pensar, principalmente, em discussões coletivas, quando o conhecimento flui mais facilmente e assim é construído (CABRAL, 2017).

Também foram consideradas aproximações com a teoria dialógica de Paulo Freire para a problematização para saber lê-la e interrogá-la para transformá-la. Freire defende o pensar, a liberdade, e prega a amorosidade e a autenticidade (FREIRE, 2021). Dessa forma, foram adotados métodos ativos de aprendizagem, considerando todos os sujeitos no processo, com utilização de técnicas como roda de conversa, problematização da realidade, leituras e discussão em grupos, com atividades teórico-práticas. Estima-se que a ancoragem em teorias sobre a educação participativa e ativa foi fundamental para que a disciplina trouxesse um alinhamento teórico, refletindo sobre a prática que acontece nos serviços de saúde.

Com o intuito de integrar o ensino-serviço e, reconhecendo a necessidade do envolvimento das universidades no processo de reflexão e mudança das práticas para um modelo de atenção centrado nas necessidades dos usuários, essa atividade de ensino-aprendizagem foi proposta, voltada para profissionais de saúde que atuam nos municípios. A participação dos municípios se deu por adesão voluntária, sendo assim a turma foi mesclada com profissional e alunos, numa interação que resultou em aprendizado coletivo acerca do conceito de EPS e sua aplicação junto aos serviços.

Dessa proposta de interagir o ensino dos discentes, da disciplina Gestão da Educação Permanente, com a participação dos profissionais, como um teste piloto para futuros desdobramentos, surgiu a idealização e a aplicação de oficinas nos municípios. Estas ocorreram conjuntamente, entre alunos e profissionais, com o objetivo de implementar e desenvolver as práticas e estratégias de EPS nos mesmos.

Além das oficinas, movimentos de ativação a Educação Permanente em Saúde foram consolidados em quatro dos oito municípios participantes, o que representa um ganho de qualidade para esses, com continuidade no projeto de extensão.

A continuidade da proposta vem ocorrendo, por solicitação dos municípios, por meio da assessoria dos professores da disciplina e de técnicos da SRS/BH, tendo em vista o desenvolvimento da EPS nos municípios, iniciando-se pelo diagnóstico das necessidades educativas. Os discentes também se encontram envolvidos no processo de continuidade do incentivo a gestão das práticas de EPS por meio do projeto de extensão “Educação Permanente em Saúde: desenvolvimento de equipes municipais.

Acerca do uso da ferramenta *Microsoft Teams*, essa foi bem aceita e bem manuseada pelos participantes, com recomendação do seu uso pelos profissionais.

Como produto da disciplina foi desenvolvido um projeto de extensão que tem permitido a continuidade das atividades e a realização de oficinas semestrais com os municípios sobre a EPS. Além disso, desenvolveu-se um caderno de instrução sobre a Gestão da EPS, que está em processo de revisão para compor um material norteador a ser compartilhado com os municípios.

Cabe ressaltar que, ao final da disciplina, foi realizada uma avaliação sobre o aprendizado e as metodologias utilizadas, na qual discentes e profissionais de saúde forneceram

um retorno positivo à atividade. Os profissionais mostraram que a experiência foi muito positiva para conhecimentos teóricos e pensar em maneiras de fortalecer a EPS nos municípios enquanto que os discentes evidenciaram que desenvolveram reflexões e pensamentos sobre a associação ensino-serviço e a integração da EPS.

CONCLUSÃO

A finalidade de proporcionar que as referências técnicas de EPS e profissionais com interesse pudessem vivenciar um espaço de trocas, reflexão e construção do conhecimento a respeito da EPS no município, enquanto estratégia para o desenvolvimento dos trabalhadores da saúde e mudanças pretendidas no modelo assistencial, foi alcançada. Os discentes participaram desses momentos fortalecendo sua formação como futuros Gestores de Serviços de Saúde. Recomenda-se o uso de ferramentas virtuais para atividades e ações de extensão junto a municípios, por ser uma forma que atende ao objetivo proposto e pode ser compartilhada na agenda extensa das referências técnicas municipais.

REFERÊNCIAS

BERBEL, N. A. N. A metodologia da problematização no ensino superior e sua contribuição para o plano da práxis. **Semina Ciênc Soc Hum**, v. 17(esp), p. 7-17, 1996.

BORDENAVE, J. D.; PEREIRA, A. M. **Estratégias de ensino-aprendizagem**. 25ª ed., Rio de Janeiro: Vozes; 2004.

BRASIL. **Portaria nº 198 de 13 de fevereiro de 2004**. Institui a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde como estratégia do Sistema Único de Saúde para a formação e o desenvolvimento de trabalhadores para o setor e dá outras providências. Diário Oficial da União, 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria GM/MS nº 1.996**, de 20 de agosto de 2007. Dispõe sobre as diretrizes para a implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde e dá outras providências. Brasília, 2007

BRASIL. Ministério da Saúde. **Educação Permanente em Saúde: Reconhecer a produção local de cotidianos de saúde e ativar práticas colaborativas de aprendizagem e de entrelaçamento de saberes**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 3.194**, de 28 de novembro de 2017. Dispõe sobre o Programa para o Fortalecimento das Práticas de Educação Permanente em Saúde no Sistema Único de Saúde - PRO EPS-SUS. Brasília, 2017

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação na Saúde. **Política Nacional de Educação Permanente em Saúde: o que se tem produzido para o seu fortalecimento?** Brasília: Ministério da Saúde, 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 2.580, de 1º de outubro de 2019**. Altera a Portaria nº 3.194/GM/MS, de 28 de novembro de 2017, que dispõe sobre o Programa para o Fortalecimento das Práticas de Educação Permanente em Saúde no Sistema Único de Saúde - PRO EPS - SUS, 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 1.858**, de 28 de julho de 2020. Institui o projeto piloto do Sistema de Mapeamento em Educação na Saúde (SIMAPES), para viabilizar a

coleta, análise e disponibilização de informações pertinentes à educação em saúde no Brasil, 2020.

CABRAL, G. P. **Educação Para a Democracia no Brasil: Fundamentação Filosófica a Partir de John Dewey e Jürgen Habermas**. Alameda Editorial. 1 ed. 2017.

CAMPOS, K. F. C.; SENA, R. R. de; SILVA, K. L. Educação permanente nos serviços de saúde. **Escola Anna Nery**, v. 21, 2017.

CAROTTA, F.; KAWAMURA, D.; SALAZAR, J. Educação permanente em saúde: uma estratégia de gestão para pensar, refletir e construir práticas educativas e processos de trabalhos. **saúde Soc.**, São Paulo, v. 18, supl. 1, p. 48-51, mar. 2009.

CECCIM, R. B. Educação Permanente em Saúde: desafio ambicioso e necessário, **Interface - Comunic, Saúde, Educ**, v.9, n.16, p.161-77, 2005.

DAVINI, M. C. Enfoques, problemas e perspectivas na educação permanente dos recursos. In: BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Educação Permanente em Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. p. 39-58.

DEWEY, J. **Experiência e educação**. 3 Ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1979.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**. Edição Especial. 2021. 160p.

KOERICH, C; ERDMANN, A. L.; LANZONI, G. M. de M. Interação profissional na gestão da tríade: educação permanente em saúde, segurança do paciente e qualidade. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 28, 2020.

NAKA, A. A. R et al. Método de oficinas no processo de Educação Permanente em Saúde à luz de Charles Maguerez. **Ciência &Saúde Coletiva**, v. 11, n. 2, p. 82-89, 2018.